# Tensões políticas entre a CEPAL e o governo norte-americano durante as décadas de 1940 e 1950

Vanessa F. Jurgenfeld[1]

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar alguns aspectos da tensa relação política estabelecida entre os Estados Unidos e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), entre o fim dos anos 1940 e a década de 1950, período que pode ser entendido como o de criação e de desenvolvimento de algumas das principais teses da CEPAL. Documentos de Estado desclassificados nos últimos anos pelo governo norte-americano mostram como os Estados Unidos tinham animosidade com a CEPAL originária. Na primeira parte, o artigo debate as razões pelas quais os Estados Unidos tentaram fechá-la, sem sucesso, em 1951; incluindo os planos de uma possível fusão entre a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a CEPAL; e as estratégias de fortalecimento da OEA em detrimento da CEPAL. Na segunda, é discutida a ideia do governo norte-americano de que a CEPAL constituía uma oposição à sua agenda na América Latina, com a interpretação de que ela tinha propostas que beneficiavam o comunismo, eram representativas de um socialismo de Estado e de um sentimento antiamericano. A análise desses documentos históricos, sob guarda do Departamento de Estado com acesso restrito ou mantidos como secretos até meados dos anos 2000, contribui para uma melhor compreensão do papel político desempenhado na América Latina pela CEPAL originária, que era comandada pelo argentino Raúl Prebisch, trazendo elementos novos, que denotam também os objetivos do governo norte-americano de impedir que projetos que se colocavam como alternativa às proposições emanadas pelos economistas ortodoxos pudessem sair do papel.

**Palavras-chave**: CEPAL; Estados Unidos; geopolítica; Raúl Prebisch

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze some aspects of the tense political relationship established between the United States and the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC) between the late 1940s and the 1950s, a period that can be understood as that of the creation and development of some of ECLAC's main theses. Declassified state documents in recent years by the U.S. government show how the United States had animosity towards the original ECLAC. In the first part, the article discusses the reasons why the United States tried to shut it down, unsuccessfully, in 1951; including the plans for a possible merger between the Organization of American States (OAS) and ECLAC; and the strategies for strengthening the OAS to the detriment of ECLAC. In the second part, the U.S. government's idea that ECLAC constituted an opposition to its agenda in Latin America is discussed, with the interpretation that it had proposals that benefited communism, were representative of state socialism and an anti-American sentiment. The analysis of these historical documents, under the custody of the Department of State with restricted access or kept secret until the mid-2000s, contributes to a better understanding of the political role played in Latin America by the original ECLAC, which was led by the Argentine Raúl Prebisch, bringing new elements, which also denote the objectives of the U.S. government to prevent projects that stood as an alternative to the propositions put forward by orthodox economists from leaving the drawing board.

---

[1] Professora da Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC), campus de Marília, Departamento de Ciências Políticas e Econômicas. Esta pesquisa contou com financiamento da Pró-Reitoria de Pesquisa da UNESP, edital 03-2025.

**Keywords:** ECLAC, United States; geopolitics; Raúl Prebisch

## Introdução

Este artigo analisa algumas relações de animosidade existentes entre a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e os Estados Unidos, entre o fim dos anos 1940 e a década de 1950. Documentos desclassificados principalmente a partir dos anos 2000 evidenciam que, no entendimento do governo norte-americano, a CEPAL, instituição criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, não adotava uma postura que o favorecia nem teoricamente nem politicamente, com pautas em torno da superação do subdesenvolvimento latino-americano que envolviam o nacionalismo, o socialismo de Estado e beneficiavam o comunismo, atuando em oposição aos interesses dos Estados Unidos na região.

O artigo baseia-se em algumas fontes primárias, como memorandos, relatórios, telegramas, entre outros documentos selecionados no Departamento de Estado norte-americano e na Agência Central de Inteligência (CIA, na sigla em inglês). Por meio dessa documentação, observa-se que os Estados Unidos colocavam a CEPAL daquele período histórico, que pode ser denominada CEPAL originária, praticamente como uma força opositora a seu projeto para a América Latina. Além disso, é possível perceber que os Estados Unidos tinham uma relação próxima e sinalizavam a intenção de aprofundar seus laços com a Organização dos Estados Americanos (OEA). Esta instituição, também criada em 1948, já se sabia por outras fontes que tinha uma "docilidade" comprovada com os norte-americanos, como retratado por Furtado (1985)[2].

A construção da oposição norte-americana à CEPAL nas décadas de 1940 e 1950 perpassa o início do estabelecimento dos seus trabalhos, ainda em 1948, quando os Estados Unidos não votaram favoravelmente à sua criação, tendo optado pela abstenção do voto em importante momento de deliberação na assembleia da ONU (Santa Cruz, 1984); quando também tentaram o seu fechamento em 1951 (Furtado, 1985); e em vários

[2] "A CEPAL era vista como uma instituição que atropelava a Organização dos Estados Americanos, de docilidade comprovada, localizada em Washington, com um pessoal latino-americano que logo se deslumbrava com as maravilhas do padrão de vida yankee, com embaixadores vacinados contra o espírito regional por rivalidades e ciúmes. O Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES) simbolizava a cômoda, ainda que falsa, harmonia nas relações hemisféricas. Por que desviar para as Nações Unidas, essa arena tão menos segura, assuntos que vinham sendo tratados com êxito no âmbito pan-americano? Essa a razão pela qual o governo de Washington empenhara-se em evitar a criação da Cepal, abstivera-se no momento da votação e fazia agora démarches para liquidá-la" (Furtado, 1985, p.106-107).

outros momentos em que atuaram contrariamente às suas ideias, como este artigo busca debater.

Embora vários estudos sobre a CEPAL tenham sido importantes para o entendimento principalmente da sua contribuição teórica, como Bielschowsky (2000); Love (1980); e Rodríguez (1981; 2009), a análise dessa documentação, em grande medida mantida restrita ou secreta até meados dos anos 2000, contribui para uma melhor compreensão do papel político da CEPAL na região, trazendo elementos novos para o entendimento dos conflitos existentes em torno de projetos que se colocavam como alternativa às proposições emanadas para a América Latina pela ortodoxia econômica.

A história revisitada a partir dessas fontes permite, ainda, traçar alguns pontos de contato com as políticas atuais do governo norte-americano. Em abril de 2025, por exemplo, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Pete Hegseth, ex-apresentador da Fox News, informou que a intenção do governo Donald Trump em relação à América Latina seria a recuperação do seu "quintal", que teria sido tomado pelos chineses[3]. Desde setembro de 2025 até o início de fevereiro de 2026, os Estados Unidos atacaram mais de 30 embarcações no Caribe, alegando tráfico de drogas e organizações terroristas, matando várias pessoas[4], além de justificarem o sequestro do presidente da Venezuela Nicolas Maduro, no início de 2026, por supostas relações com o tráfico de drogas[5].

O artigo insere-se no debate sobre a atuação dos Estados Unidos na América Latina, especialmente com o objetivo de analisar sua oposição a projetos e ideias importantes para o desenvolvimento econômico da região entre os anos de 1940 e 1950. Essa discussão dialoga com análises recentes, como a de Loureiro (2020) sobre o papel da Aliança para o Progresso no governo do presidente brasileiro João Goulart, e o trabalho de Pinto e Saes (2024), que examina a presença de Celso Furtado nos arquivos oficiais norte-americanos a partir de 1961.

Para dar conta dos seus objetivos, o artigo foi divido em duas partes. Na primeira, é discutida a defesa da OEA em detrimento à CEPAL como principal organização política para os interesses dos Estados Unidos na América Latina no pós-Segunda Guerra

---

[3] Hegseth teria dito: "O governo (Barack) Obama tirou os olhos da bola e deixou a China tomar toda América do Sul e Central, com sua influência econômica e cultural, fazendo acordos com governos locais de infraestrutura ruim, vigilância e endividamento. O Presidente Trump disse 'não mais', vamos recuperar o nosso quintal". Ver: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2025/04/12/vamos-recuperar-nosso-quintal-diz-secretario-de-trump-ao-mencionar-america-latina-e-criticar-influencia-da-china-no-canal-do-panama.ghtml.

[4] Ver: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/02/05/eua-bombardeiam-embarcacao.ghtml.

[5] Ver: https://diplomatique.org.br/o-sequestro-de-maduro-e-a-permanencia-do-imperialismo-na-america-latina/

Mundial. Na segunda, debate-se como o governo norte-americano interpretou a CEPAL originária como uma instituição contrária à sua agenda na América Latina e a combateu.

## 1. A defesa da OEA pelo governo norte-americano como forma de "sabotagem" aos trabalhos da CEPAL

Os Estados Unidos não foram favoráveis à CEPAL nem mesmo quando da votação para a sua criação, em 1948, durante assembleia da Organização das Nações Unidas (ONU). Os Estados Unidos abstiveram-se desta que foi uma proposta da diplomacia chilena e que contou com amplo apoio latino-americano e de outros países de fora da região, mas que possuíam colônias locais, como a França, após intensas rodadas de negociações (Santa Cruz, 1984). Também é fato que os Estados Unidos tentaram fechá-la em 1951, após três anos de sua existência. Como pontuado por Furtado (1985, p. 51), "o governo norte-americano havia combatido sua criação. O mandato era temporário e ninguém esperava que ela sobrevivesse".

A tensa relação entre Estados Unidos e CEPAL, contudo, vai além disso. Em documentos que servem de fonte para este artigo fica evidente que, em 1950, os Estados Unidos já estavam tentando apoio para uma fusão do secretariado da CEPAL com o do Conselho Interamericano Econômico e Social (em inglês, Inter-American Economic and Social Council - IA-ECOSOC)), um dos órgãos principais da Organização dos Estados Americanos (OEA), com a clara intenção de diminuir a autonomia da CEPAL (Pollock; Kerner; Love, 2001), e como uma possível forma de dissolvê-la. Como nem isso nem o fechamento propriamente dito da CEPAL saíram do papel por falta de apoio de outros países, buscaram então o fortalecimento da OEA frente à CEPAL.

Essas estratégias norte-americanas que, no fundo, tinham a intenção de sabotar[6] a CEPAL, possuem como ponto de partida a interpretação daquele governo de que as discussões e as proposições da CEPAL provocavam um aumento do sentimento antiamericano na América Latina, uma abertura para o nacionalismo, para um socialismo

[6] Este termo foi utilizado por um representante do Chile, Alberto Baltra, em reunião com representantes da diplomacia norte-americana em 1950. De acordo com relato da diplomacia norte-americana, ela havia recebido críticas de Baltra por "continuar sua campanha de tentar sabotar a CEPAL". A delegação norte-americana teria lhe explicado o seguinte: "as conversas privadas e off-the-record entre a Delegação dos Estados Unidos e as delegações chilena e outras tinham como único propósito verificar se existia um consenso entre as delegações sobre o futuro da CEPAL e sua relação com o IA-ECOSOC" (Foreign Relations…, 7 de Setembro de 1950, p. 3. Tradução nossa).

de Estado ou beneficiavam o comunismo, como revelam os relatórios, telegramas e outros diferentes documentos oficiais consultados.

Em março dos anos 1950, um documento confidencial do Departamento de Estado norte-americano não assinado, enviado à Delegação dos Estados Unidos presente na Sessão Extraordinária do Conselho Interamericano Econômico e Social, resumia as razões para os Estados Unidos tomarem alguma atitude em relação à CEPAL, uma vez que se aproximava a reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) para discussão do fechamento ou não da Comissão em 1951.

> As duas organizações têm termos de referência que virtualmente se duplicam. Elas operam dentro aproximadamente da mesma região geográfica e seus membros são muito parecidos. Nenhuma base satisfatória para a divisão de responsabilidades entre as duas organizações foi encontrada e a cooperação no nível dos secretariados tem sido insatisfatória. Os Secretariados de ambas as organizações estão agora planejando programas de assistência técnica e há boas razões para esperar duplicação nesse campo. O problema é como remediar essa situação insatisfatória, e qual política os Estados Unidos (e os governos latino-americanos) devem adotar em 1951 quando a continuidade da existência da CEPAL será automaticamente reconsiderada no Conselho Econômico e Social das Nações Unidas.
> [...] representantes chilenos insinuaram a membros do Departamento [de Estado norte-americano] que o Chile estaria disposto a concordar com a dissolução da CEPAL caso os Estados Unidos não estivessem preparados para dar apoio ativo à Comissão. Acredita-se que o entusiasmo de outros governos latino-americanos pela CEPAL também possa ter esfriado. É provável que se a IA-ECOSOC realizasse encontros ocasionais na região, isso teria um efeito adicional na opinião da América Latina. (Foreign Relations…, 27 de março de 1950, p.1. Tradução nossa).

Entre os motivos apresentados pelo governo norte-americano de forma mais detalhada para a dissolução da CEPAL estavam dois especialmente importantes: considerava que ela tinha uma postura ambiciosa e agressiva e que ela mantinha distância em relação a outras organizações internacionais, desvalorizando os seus trabalhos.

> [...]Existem fortes evidências no Departamento de que o Secretariado da CEPAL, que naturalmente buscou, ao adotar uma atitude ambiciosa e agressiva, justificar sua existência, nem sempre cooperou com a União Pan-Americana (PAU). A cooperação também não tem sido entusiástica por parte da PAU. Por essa razão, os esforços de coordenação até agora não alcançaram um grande grau de sucesso [...] Como uma comissão composta por representantes governamentais (em oposição a um Secretariado) a CEPAL demonstrou uma tendência a adotar resoluções inúteis (embora inofensivas) que foram propostas em

> muitos casos para consumo interno, mas que possuíam a tendência a desvalorizar o trabalho das organizações internacionais como um todo. (Foreign Relations…, 27 de março de 1950, p.2. Tradução nossa).

A ideia do governo norte-americano era inicialmente fechar a CEPAL e queria para isso apoio dos latino-americanos, entre eles o apoio do Brasil, o maior país da América Latina. Em 27 de junho de 1950, um texto de trabalho da Central Intelligence Agency (CIA), agência de inteligência do governo norte-americano, criada em 1947, indicou que as relações do Brasil com os Estados Unidos deterioravam-se de forma constante, que crescia um sentimento antiamericano no Brasil, mas que estes esperavam mesmo assim apoio do Brasil para o fechamento da CEPAL.

> Provavelmente, o elemento mais importante na posição internacional do Brasil tem sido o aumento do sentimento antiamericano [...]. Embora seja verdade que esse sentimento deva eventualmente ceder a esforços de melhoria baseados em fatores de longo prazo, ele pode atrasar algumas das atuais negociações econômicas com os EUA, além de afetar a cooperação normalmente próxima do Brasil em questões internacionais [...]
> Embora o Brasil tenha expressado o desejo de continuidade da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) nas Nações Unidas, ele apoiará, sob certas condições, a posição dos EUA de favorecer a continuidade do Conselho Interamericano Econômico e Social em vez da renovação da CEPAL em 1951. Enquanto isso, espera-se que o Brasil siga a liderança dos EUA em não reconhecer a China Comunista e em não permitir sua participação na ONU. O delegado brasileiro na ONU afirmou simultaneamente sua convicção de que a URSS não pretende se retirar da ONU e enfatizou a importância de manter a URSS na organização. No entanto, ele repudiou enfaticamente a ideia de manter a URSS na ONU ao preço de apaziguamento ou como resultado de chantagem. (Documento de Trabalho..., 27 de junho de 1950, p. 6. Tradução nossa).

Como se nota também neste documento, os Estados Unidos queriam explicitamente favorecer o IA-ECOSOC, vinculado à OEA. Os Estados Unidos desejavam, ainda, amplos apoios do Brasil em assuntos do seu interesse na luta contra o comunismo: queriam que o Brasil não reconhecesse a China Comunista e não permitisse sua participação na ONU, bem como almejavam que o Brasil se posicionasse contrariamente à permanência da URSS na ONU.

A tentativa de convencimento para o apoio dos latino-americanos envolvia conversas paralelas aos próprios fóruns da CEPAL com representantes de vários países. Em setembro de 1950, é possível observar um telegrama enviado para o Departamento de Estado que trazia um despacho de um representante dos Estados Unidos participante

da Terceira Sessão da CEPAL, realizada em Montevidéu, chamado Christian Ravndal, que era também Embaixador dos Estados Unidos no Uruguai. Ele afirmava que começou a ser discutido o futuro da CEPAL nesta reunião e destacava que houve almoços e conversas com vários representantes de países latino-americanos para a delegação norte-americana lhes apresentar a visão de que "[...] uma fusão do Secretariado da CEPAL e do Secretariado do IA-ECOSOC pareceria aconselhável em prol da eficiência e da economia" (Foreign Relations…, 7 de Setembro de 1950, p. 1, Tradução nossa).

De acordo com esse documento, a justificativa apresentada pelos Estados Unidos é que haveria ineficiência e sobreposição de esforços, e a recomendação seria a dissolução da CEPAL, de modo que assim ocorreria uma racionalização das estruturas regionais. Mas mostrando preocupação com um movimento de oposição latino-americana, o telegrama também trazia um relato contendo a opinião de representantes da América Latina, demonstrando que muitos deles não dariam apoio para o fim dos trabalhos da CEPAL. Conforme o documento: "As quatro delegações com quem esta questão foi discutida mais extensamente - Argentina, Chile, Cuba e Uruguai - expressaram, igualmente em caráter não oficial, o mais caloroso apreço pelo trabalho de pesquisa do Secretariado da CEPAL e seu desejo de que este trabalho fosse continuado" (Foreign Relations…, 7 de Setembro de 1950, p. 1-2. Tradução nossa). Uma postura mais contundente veio do representante do Chile, Hernán Santa Cruz, que foi o propositor da criação da CEPAL na ONU no fim dos anos 1940. De acordo com o telegrama, "o Sr. Santa Cruz argumentou vigorosamente que a Comissão deveria continuar. Ele sustentou que o Secretariado da CEPAL era muito mais forte que o do IA-ECOSOC e que a Comissão representava o principal interesse remanescente dos países latino-americanos nas Nações Unidas[...] (Foreign Relations…, 7 de Setembro de 1950, p. 2. Tradução nossa).

Apesar das investidas, a diplomacia norte-americana não conseguiu apoio ao fechamento propriamente da CEPAL. E, em 1951, já quando a reunião da ONU havia decidido pela manutenção da Comissão, mais explicações vieram à tona em um aerograma do Secretário de Estado Interino (nome não revelado) dirigido a postos diplomáticos nas "Repúblicas Americanas", colocando a derrota nas costas da figura do secretário-geral da CEPAL, Raúl Prebisch e na desconfiança dos representantes latino-americanos de que os Estados Unidos queriam, com o fim da CEPAL, dominar as instituições existentes na América Latina. Conforme consta no aerograma: "[...] Prebisch, que assumira como Secretário Executivo da Comissão, havia conquistado um apoio

considerável na América Latina, tanto para seu próprio trabalho quanto pela própria Comissão".

Ele revelava que por mais que houvesse algum apoio para a fusão da CEPAL com a OEA em países como Colômbia e Venezuela, outros países como Chile e Brasil se opunham justamente afirmando que suspeitavam dos planos dos Estados Unidos para a América Latina. "Conversas pessoais com delegados influentes indicaram que *muitos latino-americanos suspeitavam que os EUA desejavam a fusão dos dois órgãos como um meio de dominar ambos"* (Foreign Relations…, 27 de novembro de 1951, p.1. Grifos nossos. Tradução nossa.).

Além disso, o aerograma destacava que, de fato, várias delegações afirmaram que a CEPAL era o único órgão econômico na América Latina "genuinamente latino-americano em sentimento". E que, no caso do Brasil, havia instruções do próprio Presidente Getúlio Vargas "para nem mesmo admitir a existência do problema de coordenação em nível governamental". (Foreign Relations…, 27 de novembro de 1951, p.1. Tradução nossa.).

O aerograma informava, entretanto, que, houve também como resultado da reunião a aprovação um fato positivo aos Estados Unidos: uma resolução que previa a criação de um comitê de coordenação entre o IA-ECOSOC e a CEPAL, composto pelos secretários-executivos de ambas, que ficaria responsável pela coordenação dos trabalhos entre os dois organismos, evitando sobreposições. Prebisch teria sido designado para consultar um alto funcionário da OEA para elaborar medidas para tratar do problema.

Diante da derrota, o fortalecimento da OEA diante da CEPAL foi então uma medida planejada pelos Estados Unidos. Isso era necessário porque, ao longo do tempo, havia uma indisposição cada vez maior com o poder que adquiria a CEPAL na América Latina. Em 1954, um relatório confidencial da delegação norte-americana em uma conferência interamericana da OEA, em Caracas, enviado ao Departamento de Estado norte-americano, mostrava esse desconforto. Neste relatório, em contexto de avanço da Guerra Fria, constava que a intenção da delegação norte-americana era ir até Caracas para sair de uma reunião com vários países latino-americanos com "uma retumbante declaração hemisférica contra as invasões do comunismo soviético" (Foreign Relations…, abril de 1954, p. 1. Tradução nossa). Mas que a maioria das delegações latino-americanas foi para Caracas interessada em discutir problemas econômicos e traziam uma grande influência do pensamento do Prebisch nas suas declarações.

> Em nenhuma Conferência Interamericana anterior as Delegações Latino-Americanas chegaram tão bem preparadas com declarações sobre os problemas econômicos e aspirações de seus países. Delegado após delegado apresentou documentos longos e em muitos casos bem preparados; de fato, o início dos trabalhos dos subcomitês foi atrasado por vários dias além do período normal de "debate geral" para permitir que os delegados concluíssem suas apresentações.
> Em muito disso era evidente o trabalho durante os últimos três anos do secretariado da Comissão Econômica para a América Latina, sob a direção de Raul Prebisch. Os vários países latino-americanos tinham disponíveis da CEPAL um número considerável de estudos sobre seus problemas econômicos dos quais podiam extrair material, e em muitos casos os delegados haviam assimilado o jargão econômico técnico aprendido com Prebisch (Foreign Relations …, Abril de 1954, p. 1-2. Tradução nossa).

Esse tom de indignação da diplomacia norte-americana com o aumento do poder de Prebisch e da CEPAL era corroborado por um memorando de 1956 a respeito de uma reunião presidida por Milton Eisenhower, representando o presidente dos Estados Unidos e seu irmão Dwight Eisenhower, que mostraria os planos dos Estados Unidos de reforçar os trabalhos da OEA, pois ela seria a organização mais "eficaz do mundo" do ponto de vista norte-americano, sobretudo no campo da política. Este memorando partiu de Andrew Overby, Secretário Assistente do Tesouro norte-americano e de Henry Holland, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos do Bureau of Inter-American Affairs (Escritório de Assuntos Interamericanos), uma divisão do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

> O Sr. Holland fez comentários resumidos sobre o trabalho da OEA, afirmando que acreditamos ser ela a organização regional mais avançada e eficaz do mundo. Tem sido particularmente eficaz no campo político. Nossa política exige que o Hemisfério Ocidental seja um modelo para o resto do mundo. A consecução desse objetivo adquire importância estratégica. [...].
> O Sr. Overby então perguntou se havia alguma consideração sobre fortalecer a OEA em relação à CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) ou se isso seria simplesmente um ensaio geral para a Conferência de Buenos Aires, onde ouviríamos as reclamações dos latino-americanos. O Sr. Holland respondeu de forma detalhada, apontando para o histórico da ONU na Bolívia e indicando que *ele sentia fortemente que os melhores interesses dos Estados Unidos e do hemisfério seriam atendidos pelo fortalecimento da OEA.* (Foreign Relations…, 17 de Agosto de 1956, p. 3, grifos nossos. Tradução nossa).

Observa-se, no trecho acima, que os melhores interesses norte-americanos tinham relação com o fortalecimento da OEA na América Latina em detrimento da CEPAL, e que

os Estados Unidos entendiam que o Hemisfério Ocidental deveria ser um modelo de política dos Estados Unidos para o resto do mundo.

## 2. A CEPAL como oposição à agenda dos Estados Unidos para a América Latina

Ao longo da década de 1950, os estudos da CEPAL se aprofundaram não só no diagnóstico do subdesenvolvimento latino-americano como em torno de algumas propostas para sua superação. Entre os temas de debate dos anos 1950 estiveram, por exemplo, a necessidade de ampliação da indústria de bens de capital na região, para que houvesse continuidade do processo de substituição de importações, resultando em ampliação da sua industrialização que sofreria, pós-1956 mais detidamente, um processo de estrangulamento externo, dados os preços baixos das exportações das *commodities* agrícolas, envolvendo todo um debate sobre estagnação econômica posteriormente[7].

Também havia uma discussão em torno da criação de um mercado comum latino-americano, além de necessidades de avanços na área de tecnologia, de financiamento externo subsidiado, planejamento estatal e inflação estrutural, entre outros temas (Prebisch, 1959; 2011).

Pollock (1978) cita que, na verdade, entre os anos 1940 e os anos 1950 a CEPAL tinha já publicado pesquisas-chave para sua teorização: Estudo econômico da América Latina (1949); O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais (1949); Problemas práticos e teóricos do crescimento econômico (1951), Integração econômica e reciprocidade na América Central (1952), Capital estrangeiro na América Latina (1953), Cooperação internacional em uma política de desenvolvimento latino-americana (1954) e Introdução à técnica de planejamento (1955). Ele entendeu que foi criado neste período o modelo clássico da CEPAL, com nove teses: 1. Uma crítica às teorias tradicionais do comércio exterior e as relações entre centro e periferia; 2. Uma justificativa para o desenvolvimento industrial; 3. O planejamento como condição para o desenvolvimento; 4. A função do financiamento e dos investimentos externos; 5. A integração regional; 6. A natureza da inflação; 7. A dimensão social do desenvolvimento; 8. A posição da América Latina em relação à política comercial mundial; e 9. Uma visão global dos problemas de desenvolvimento na região

Os Estados Unidos, que a partir da Segunda Guerra Mundial se tornariam o novo ente hegemônico mundial em substituição à Grã- Bretanha, eram cobrados por

[7] Ver: Coutinho (2015; 2017); Jurgenfeld (2018); Carvalho e Campos (2024).

representantes da América Latina para auxiliar essa região, que, em grande parte, os havia apoiado no conflito bélico, lutando em prol dos países Aliados. Os Estados Unidos não pareciam, contudo, interessados em grandes auxílios de financiamento ou a fundo perdido para a América Latina após a Segunda Guerra e durante boa parte dos anos 1950. A região estava distante dos principais conflitos da Segunda Guerra, e, pelo menos até o triunfo da Revolução Cubana em 1959, fazia sentido para os Estados Unidos estarem mais focados em outras regiões do planeta, que estavam geograficamente mais próximas à União Soviética e ao seu projeto socialista em curso.

Um restrito relatório preparado pela equipe de Planejamento das Nações Unidas, Gabinete de Assuntos das Nações Unidas, do início dos anos 1950, expõe, de forma resumida, alguns problemas candentes das relações entre Estados Unidos e América Latina, e a postura contrária dos Estados Unidos em ceder para acordos de preços mais justos em torno das exportações de produtos primários da região e da Ásia e a preocupação por esta sua posição ser minoritária em alguns fóruns mundiais que abordaram o assunto.

> Os produtores latino-americanos e asiáticos de matérias-primas exportáveis estão convencidos de que as flutuações em seus ganhos em moeda estrangeira são excessivas e prejudiciais; e eles veem no projeto de estabelecer uma relação "justa" com os preços de importação de manufaturados uma forma de aumentar suas reservas de divisas estrangeiras, que são reconhecidamente insuficientes na maioria dos casos para o desenvolvimento econômico. Embora os EUA tenham apontado que: 1) os preços das matérias-primas estão agora relativamente mais altos do que em qualquer período base razoável, 2) a impossibilidade de se chegar a qualquer acordo sobre o que seria uma relação de preços justa e equitativa, e 3) o caráter totalmente inaplicável de tal acordo, os EUA e outros países desenvolvidos permaneceram em minoria persistente nos debates da ONU sobre o assunto até a sessão inicial de 1953 da CEPAL no Rio de Janeiro [...]. (Foreign Relations…n/d, p. 4. Tradução nossa).

Além disso, esse mesmo documento mostrava uma inquietude que os Estados Unidos tinham em relação a este tema e a região asiática, onde tinha prioridade o combate ao comunismo. Essas questões [preços das *commodities*] podem ter repercussões graves em nossas relações com a Ásia, onde a necessidade de desenvolvimento é maior do que na América Latina e o comunismo exerce um apelo competitivo mais forte" (Foreign Relations…n/d, p. 4. Tradução nossa).

A respeito do financiamento externo para o desenvolvimento da América Latina, a ênfase dos Estados Unidos era a preferência por um estímulo de fluxo de capital privado

internacional e não por meio de uma assistência governamental. Porém, os países latino-americanos mostravam uma visão justamente oposta, preferiam a assistência governamental, canalizada via fundo internacional, pois temiam que esse fluxo privado internacional levaria a uma exploração de suas regiões por interesses privados estrangeiros e não necessariamente ao desenvolvimento (Foreign Relations…n/d).

Em 18 de março de 1955, um memorando do Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos, Henry Holland, ao Secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, é elucidativo do incômodo que a CEPAL gerava a respeito desse debate sobre a ajuda financeira e assistência técnica dos Estados Unidos para a América Latina. Ele chegou a destacar que estava preocupado porque as propostas da CEPAL eram elaboradas a partir da lacuna existente de investimentos norte-americanos na América Latina frente a outras regiões. Para ele, querer eliminar essa lacuna da forma como a CEPAL propunha ia contra os melhores interesses dos Estados Unidos, porque criava ressentimentos na região em relação aos Estados Unidos, e acabava beneficiando, na verdade, os interesses do comunismo.

> Essa abordagem da CEPAL me parece refletir um defeito fundamental e básico no raciocínio que tem permeado muito do nosso pensamento sobre ajuda financeira e assistência técnica – um defeito que prejudica nossas relações exteriores, criando problemas desnecessários no hemisfério [...].
> Esse defeito surge da tendência natural de alguns planejadores de medir o quanto a América Latina fica aquém das vantagens econômicas de áreas mais favorecidas e, em seguida, elaborar planos para eliminar essa lacuna. Em meu julgamento, tal abordagem em nossas relações exteriores: ignora os melhores interesses dos Estados Unidos, *inevitavelmente cria ressentimentos contra os Estados Unidos, implica gastos totalmente desnecessários para alcançar os objetivos de nossa política externa, e se beneficia alguém, beneficia os interesses do comunismo* (Foreign Relations...,18 de março de 1955. Grifos nossos. Tradução nossa).

Ainda em março de 1955, um outro memorando de Holland, desta vez ao Subsecretário de Estado, Herbert Hoover Jr., trouxe informações complementares que traçaram uma interpretação dos Estados Unidos sobre a Comissão. Em um dos trechos deste memorando, conforme destacado abaixo, por exemplo, ele informava que a CEPAL havia feito uma proposta de atuação socialista para os Estados Unidos na região.

> A CEPAL preparou para a Conferência do Rio[8] um estudo detalhado sobre meios de promover o desenvolvimento econômico na região. Embora vários aspectos do desenvolvimento econômico tenham sido considerados, a grande maioria dos esforços da Comissão foi dedicada a desenvolver um argumento em apoio *a um programa massivo e socialista de ajuda financeira dos EUA para os países latino-americanos*. (Foreign Relations…, 29 de março de 1955a, p. 1. Grifos nossos. Tradução nossa).

Este mesmo memorando reclamava da defesa da Comissão de criação de um Banco Interamericano[9] que auxiliasse o desenvolvimento da região e da sua cobrança por um papel mais ativo dos Estados Unidos no financiamento para o desenvolvimento da região. A análise presente neste memorando era que "as propostas da CEPAL não apenas eram desnecessárias para a política externa dos EUA, mas sua adoção por este Governo seria ativamente prejudicial aos nossos objetivos de política externa na região. (Foreign Relations…, 29 de março de 1955a, p. 1-2. Grifos nossos. Tradução nossa).

O documento trazia, ainda, que a proposta da CEPAL seria prejudicial aos interesses de longo prazo na região, com aumento do controle estatal sobre setores-chave, o que ia de encontro com a ideia de economia de mercado, defendida pelos norte-americanos.

> A essência da filosofia da CEPAL é a crença de que, se certas taxas bastante irrealistas de influxo de capital puderem ser alcançadas, os problemas econômicos da América Latina serão em grande parte resolvidos. Na realidade, em vários dos países, muito mais do que capital é necessário para superar os principais obstáculos a um desenvolvimento sólido. As "metas" propostas para o influxo de capital são tão altas que, do lado da oferta, exigiriam empréstimos governamentais extensivos e antieconômicos por nossa parte. Por outro lado, elas excedem os montantes que podem ser absorvidos pela América Latina sem uma extensa intervenção dos governos na indústria. Essa filosofia é prejudicial aos objetivos da política externa dos EUA porque: 1. Encoraja o socialismo de Estado. 2. Novo capital sozinho não assegura progresso econômico. [...]
> Se aceitarmos a filosofia de que mais capital é a resposta para o atraso econômico, e que esse capital deve vir em grande parte do governo dos EUA, então estaremos assumindo uma responsabilidade substancial pelo alcance das aspirações econômicas da América Latina. Isso significa que seremos culpados pela lentidão com que alguns países latino-americanos se desenvolverão enquanto condições que nada têm

[8] Refere-se à Conferência da OEA, realizada no Rio de Janeiro, no fim de 1954.
[9] O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) acabou sendo criado em 1959, diante do contexto do avanço da Guerra Fria, que envolveu naquele ano a Revolução Cubana. Os Estados Unidos resistiam a essa criação, preferindo o Eximbank ou mesmo o Banco Mundial no financiamento do desenvolvimento de países atrasados, nos quais eles tinham maior participação e controle.

> a ver com a adequação do capital disponível permanecerem como estão. (Foreign Relations… , 29 de Março de 1955a, p. 2. Tradução nossa).

Em continuidade à discussão sobre o financiamento do desenvolvimento latino-americano por meio de um banco de fomento, outro documento, do mesmo dia 29 de março de 1955, mostrava que o governo norte-americano insistia em se contrapor à teorização da CEPAL e afirmava que os problemas regionais decorriam das deficiências dos próprios países latino-americanos e que a CEPAL estaria buscando um "bode expiatório" estrangeiro na sua busca por esse capital externo como solução dos problemas, e que isso não deveria se misturar com uma discussão sobre financiamento (Foreign Relations..., 29 de março de 1955b. Tradução nossa).

Para se ter ideia da posição contrária dos Estados Unidos, em uma importante conferência da OEA, no Rio de Janeiro, em 1954, uma resolução foi aprovada por 20 a 1, recomendando a criação de um banco interamericano voltado a ajudar a América Latina com financiamento a juros baixos, prazos longos e condições flexíveis. O único voto contrário foi o dos Estados Unidos. Entre suas alegações para votarem contra, os Estados Unidos indicaram "que as instituições existentes [estavam] indo muito bem, que o capital privado [estava] fluindo com bastante liberdade" para a América Latina (Foreign Relations…, 11 de setembro de 1957, p.1).

Ficou, por anos, estabelecido que os Estados Unidos consideravam suficiente o financiamento especialmente para que o setor privado norte-americano atuasse na América Latina, por meio do Eximbank, incentivando o avanço deste capital como suposta forma de auxílio ao desenvolvimento da região. Na defesa dos países latino-americanos, a assistência governamental seria diferente porque ela significaria que os Estados Nacionais poderiam canalizar e direcionar os recursos recebidos dos Estados Unidos para as maiores necessidades em vez de esperar que a iniciativa privada norte-americana viesse a fazer isso nos países da América Latina (Foreign Relations..., s.d, [s.p]).

Apesar da defesa dos Estados Unidos do papel do Eximbank, havia dificuldades evidentes em se conseguir recursos vultosos com o Eximbank na década de 1950, ainda mais com a eclosão da Guerra da Coreia, entre 1950 e 1953, que levou a política externa norte-americana a focar na Ásia, e também com a eleição do republicano Dwight Eisenhower, em 1953. A sua eleição, que derrotou os democratas que estavam na presidência há duas décadas, significaria uma postura mais restrita em relação à ajuda à América Latina (Vianna, 1986).

A posição contrária dos Estados Unidos em relação a demandas por financiamento externo também apareceu claramente em um memorando de Henry Holland, Secretário de Estado Assistente para Assuntos Interamericanos para o secretário de Estado em exercício, cujo nome não foi revelado, em 1955, em que ele destacava que os Estados Unidos, apesar das pressões dos latino-americanos, estavam conseguindo manter a posição de negar esses recursos. “Mantivemos nossa posição: nenhum programa geral de ajuda não reembolsável, nenhum empréstimo concessional, nenhuma nova agência de crédito”. No entanto, o documento alertava que a luta não havia acabada porque a CEPAL estava realizando sua reunião anual em Bogotá, e muitas pessoas debatiam ainda essa ajuda (Foreign Relations…, 2 de setembro de 1955, p. 1-2. Tradução nossa).

No entanto, havia, em alguns outros relatórios diplomáticos secretos, um reconhecimento por parte dos Estados Unidos de que eles tinham feito uma promessa de assistência para a região, sobretudo através de recursos do Eximbank, e que estava se mostrando falha. Essa promessa ocorreu em conferência no Rio e havia preocupação de que seriam cobrados na próxima conferência, a ser realizada em Buenos Aires. O memorando do mesmo Secretário de Estado Adjunto para Assuntos Interamericanos, Holland, alertava o Secretário de Estado, Dulles, e o Subsecretário de Estado, Hoover, sobre o confronto:

> Teremos um confronto com os latino-americanos em cerca de doze meses quando nos encontrarmos na próxima conferência econômica de Buenos Aires. Dissemos que faríamos algo entre o período da Conferência do Rio e esse confronto. Não estamos fazendo. Devemos começar a agir ou cancelar a conferência de Buenos Aires e tentar evitar o confronto. Não podemos em poucos meses antes da conferência construir um histórico que nos levará a superar o teste [...].
> A importância de intensificar substancialmente as atividades do Eximbank vai além do acerto de contas que enfrentaremos na Conferência de Buenos Aires. Toda nossa política econômica na região é construída em torno desse compromisso, mas estamos claramente falhando em cumpri-lo. A América Latina está percebendo nosso fracasso e as críticas à nossa política estão se tornando mais abertas. Todo o problema tornou-se muito mais agudo devido à campanha soviética na região para restabelecer relações diplomáticas e expandir o comércio [...] (Foreign Relations..., 17 de janeiro de 1956, p. 4. Tradução nossa).

Observa-se que, no memorando, a interpretação era que os Estados Unidos estavam fracassando no compromisso de ampliar as atividades de financiamento do desenvolvimento regional, as críticas se ampliavam, e havia, assim, um risco de aumento

da influência socialista na região. No ponto de vista da diplomacia norte-americana, o nível operacional do Eximbank na América Latina era importante porque era visto como um dos elementos mais relevantes para o êxito do governo norte-americano nas relações políticas e econômicas na região.

Uma concessão dos Estados Unidos na questão do financiamento só ocorreu em 1959, com mudanças na geopolítica que impactaram a América Latina. O grande motivador foi o triunfo da Revolução Cubana, e o temor dos Estados Unidos de que o socialismo avançasse mais fortemente pela América Latina. Por isso, em 1959 houve a criação do Banco interamericano de Desenvolvimento (BID).

### 2.1. A falta de apoio dos EUA ao mercado comum latino-americano

Era central na oposição dos Estados Unidos aos trabalhos da CEPAL no fim dos anos 1950 a ideia de criação de um mercado regional latino-americano. Prebisch foi um propositor do mercado comum latino-americano e fez discursos internacionais, reivindicando apoio internacional, o que envolvia mais capital na América Latina, mas não um fluxo meramente a partir dos interesses deste capital, mas sim a partir de sua integração a um plano de desenvolvimento econômico regional, dentro de uma ideia de planejamento de uma industrialização mais acelerada e voltada à produção de bens de capital localmente. Ele defendia o Estado como orientador dos investimentos privados para desenvolver determinadas atividades.

O descontentamento do setor privado norte-americano se dava porque a ideia da CEPAL não era impedir a existência de multinacionais com suas filiais em território latino-americano, até porque havia, no ponto de vista de Prebisch, necessidade das empresas multinacionais nesses territórios pela sua capacidade técnica e pela possibilidade que realizassem transferência tecnológica. Porém, a CEPAL queria que elas atuassem mediante regras claras, com deveres, obrigações e direitos, o que certamente desagradava o setor privado e o governo norte-americanos.

Uma teorização proveniente dos economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI), apoiados pela OEA, dava respaldo para essas instituições se oporem às propostas da CEPAL de avanços da industrialização latino-americana via mercado comum. O FMI entendia que os problemas da América Latina relativos ao déficit em seu Balanço de Pagamentos eram decorrentes de uma má gestão dos próprios governos latino-americanos e que era necessário restringir o crédito para diminuir importações como uma espécie de solução a este problema. A CEPAL, de acordo com Prebisch, não negava a existência de

uma má gestão interna, mas jogar na conta dos fatores internos aquilo que muitas vezes era resultado de questões externas era entendido como uma "verdadeira calamidade teórica" (Pollock; Kerner; Love, 2001, p.19).

De acordo com Prebisch, o setor privado estrangeiro deveria fazer parte de um planejamento da economia voltado ao desenvolvimento econômico regional, e uma política seletiva que promovesse substituição de importações nesses países seria essencial a longo prazo para o desenvolvimento local. E, ainda, reivindicava preços mais justos para as *commodities* latino-americanas nas exportações e que os países desenvolvidos adquirissem produção manufaturada da América Latina. Isso traria melhorias em relação ao déficit no Balanço de Pagamentos (Pollock; Kerner; Love, 2001).

Tanto o setor privado dos Estados Unidos quanto o governo norte-americano temiam, na verdade, efeitos adversos do mercado comum latino-americano. O temor era no curto prazo ocorrer substituição da produção norte-americana na região, tirando-lhes um mercado cativo, para o qual exportavam prioritariamente produtos industrializados. Embora em contrapartida a CEPAL indicasse que, no longo prazo, haveria aumento das importações da América Latina dos Estados Unidos, até pelo desenvolvimento mais acelerado da tecnologia lá, essa visão de longo prazo não era a que os Estados Unidos adotavam para essa análise (Pollock; Kerner; Love, 2001).

Em um memorando relativo a uma reunião entre Prebisch, Felipe Santa Cruz, secretário da CEPAL, e Clarence Douglas Dillon, representante da delegação norte-americana, em 1957, em Buenos Aires, ficaria claro o descontentamento dos Estados Unidos mais detidamente com a proposta de mercado comum da CEPAL. Dillon questionou por que ela tinha como foco produtos específicos - como bens de capital ainda inexistentes -, ao invés de incluir todos os produtos. Prebisch respondeu dizendo que o motivo era essencialmente político: seria difícil um mercado comum para bens de consumo duráveis já produzidos na região (e em parte por multinacionais norte-americanas) devido a resistências protecionistas, assim a intenção política seria criar novos setores. Com novas indústrias de bens de capital, seria mais fácil avançar e depois estabelecer acordos com setores já tradicionais. Prebisch também mencionou a necessidade de uma barreira tarifária a alguns setores de fora do bloco latino-americano, com taxas de 30% a 40% para o setor automotivo e à indústria de tratores, o que desagradou os interesses norte-americanos (Foreign Relations..., 16 de agosto de 1957).

Poucos dias depois, houve um telegrama do embaixador dos Estados Unidos na Argentina, Willard Leon Beaulac, ao Departamento de Estado norte-americano, sobre

reuniões de trabalho acerca do mercado comum latino-americano, em que ele destacava que, na resolução final, haviam sido modificados seis pontos, e que os Estados Unidos tinham conseguido a eliminação da seletividade por produto ou indústria, garantindo assim que o mercado regional se alinhasse aos seus interesses (Foreign Relations…, 31 de agosto de 1957).

Este tipo de mudança prejudicava a proposta original, uma vez que, com seletividade de produtos e indústria, o mercado comum latino-americano atuaria com vistas à industrialização mais robusta, uma vez que haveria prioridade de investimentos em setores mais importantes, como bens de capital, atuando como parte de uma política industrial. Também, de algum modo, se impediria que o mercado comum se tornasse apenas uma zona livre de comércio entre empresas já existentes na América Latina, muitas delas multinacionais, que atuavam em áreas da indústria leve, saciando meramente suas demandas mercadológicas. Apesar dos debates, o mercado comum latino-americano como pretendido por Prebisch nunca saiu do papel.

### 2.2. A visão dos EUA de que a CEPAL contribuía para sua imagem negativa na região

Em 1958, em um relatório especial, o governo norte-americano trazia um balanço de como estava a política dos Estados Unidos na América Latina, quais avanços haviam sido feitos, e, entre diversos itens, mencionava que havia, ainda, uma falta de entendimento dos problemas latino-americanos pelos Estados Unidos, e o que chamou de "grandes mal-entendidos". Entre estes, mencionava-se a ideia muito presente na região de que os Estados Unidos apoiavam ditaduras, o que à época negavam[10]. "Grandes mal-entendidos por parte dos latino-americanos em relação aos Estados Unidos e à política dos EUA — como a acusação de que os Estados Unidos apoiam ditaduras — [...] continuaram a impedir o desenvolvimento de relações plenamente harmoniosas".

Também citava que havia um sentimento ultranacionalista na região que se colocava contra a entrada do capital norte-americano. "O sentimento ultranacionalista continuou a representar um obstáculo para uma parceria eficaz entre os EUA e a América Latina assim como para a admissão de capital estrangeiro para o desenvolvimento

[10] Na década de 1950, na América Latina, alguns exemplos de apoio dos Estados Unidos ocorreram na ditadura da Guatemala, para Carlos Castillo Armas (1954–1957), e para a ditadura de Fulgêncio Batista (1952-1959), em Cuba.

econômico. [...]". E que havia avanços do comunismo na região impedindo melhorias nessa relação:

> [A] atividade do Bloco Soviético e do Partido Comunista, voltada a inflamar o sentimento antiamericano e estimular políticas mais "neutras" na América Latina, continuou a avançar na região, apesar de alguns contratempos, como as vitórias eleitorais anticomunistas no Brasil e no Chile. Os comunistas continuaram a aumentar sua influência sobre o movimento sindical organizado na maioria dos países. Problemas na comercialização de commodities e escassez relacionada às divisas continuaram a impulsionar o desejo de expandir o comércio com o Bloco Soviético [...] e os governos latino-americanos de modo geral continuaram a dar baixa prioridade à limitação da subversão e infiltração comunista. (Foreign Relations…, 26 de novembro de 1958, p. 3. Tradução nossa).

Este relatório especial também tinha o propósito de relatar algumas dificuldades na América Latina. Entre estas, no campo político e econômico, um dos problemas era que havia grandes aspirações populares por uma vida melhor, resultado da urbanização, da melhoria das comunicações e da educação, que tornaram os povos latino-americanos mais conscientes do padrão de vida alcançado em países industrializados. E essas aspirações, de acordo com a visão norte-americana, teriam sido aceleradas por líderes políticos locais e por propaganda comunista, que as apresentavam como metas alcançáveis, quando, na verdade, não seriam.

> Desde o final da Segunda Guerra Mundial, os latino-americanos, em comum com povos de outras áreas subdesenvolvidas, têm aspirado cada vez mais a padrões de vida mais elevados, industrialização e outros símbolos de desenvolvimento econômico, maior participação popular no governo e maiores liberdades civis. Essas aspirações populares por uma vida melhor são uma consequência natural da urbanização e das melhorias nas comunicações e educação, que tornaram os latino-americanos cada vez mais conscientes dos padrões alcançados pelas nações industrializadas. Elas foram grandemente aceleradas pela prática de líderes políticos locais, bem como pela propaganda comunista, de apresentar essas aspirações do público como metas alcançáveis. As crescentes aspirações da região são também, em certa medida, produto do idealismo estimulado por duas Guerras Mundiais, que acentuaram os direitos dos indivíduos à liberdade e participação no governo e os direitos das nações à liberdade de dominação política e econômica externa. No entanto, na América Latina - como também em outras áreas - essas aspirações aumentaram muito mais rapidamente do que as possibilidades práticas de alcançá-las tão rapidamente quanto desejado. Na frustração resultante, os latino-americanos tornaram-se inevitavelmente mais sensíveis às ações dos Estados Unidos, tendendo a julgar como obstrução tudo o que, em seu ponto de vista, não contribui suficientemente para a realização dessas aspirações. Subjacente a essas

> frustrações está um conceito mantido por grandes setores da opinião pública latino-americana de que os Estados Unidos - e não os próprios povos e governos latino-americanos - são os principais responsáveis pela solução dos problemas econômicos e políticos da América Latina (Foreign Relations…, 26 de novembro de 1958, p. 9. Tradução nossa).

De acordo com o relatório, o problema era que essa frustração levava os países latino-americanos a julgarem que os Estados Unidos obstruíam a realização dessas aspirações. Portanto, havia, do ponto de vista norte-americano, um problema de construção de uma imagem negativa a seu respeito na região.

> As reações latino-americanas aos anúncios de políticas econômicas dos EUA têm oscilado entre expectativas exageradas de que os Estados Unidos bancarão em larga escala a modernização da região e condenações hipercríticas ao desprezo norte-americano pelas necessidades latino-americanas. Nesse clima, não encontramos — e talvez seja impossível encontrar — uma abordagem que resolva completamente o problema de fazer os EUA serem vistos de forma satisfatória como uma força inteiramente construtiva na região. (Foreign Relations…, 26 de novembro de 1958, p. 10. Tradução nossa).

Este relatório apontava, ainda, que o Bloco Comunista estava ampliando a política e propaganda na América Latina, com ofertas na região não só comerciais, mas também culturais, e que estavam participando de reuniões da CEPAL. De acordo com o relatório, os países comunistas tentavam aumentar seu prestígio e, ao mesmo tempo, diminuir a importância dos laços culturais tradicionais da região com os Estados Unidos e a Europa Ocidental. Entre as ações culturais, eram mencionadas algumas excursões do Balé Bolshoi pela América Latina.

## Considerações Finais

Este artigo discutiu algumas das tensões políticas estabelecidas entre a CEPAL e o governo norte-americano entre o fim dos anos 1940 e a década de 1950, indo além daquilo que já era de conhecimento, como a abstenção dos Estados Unidos na assembleia de criação da CEPAL, em 1948, e sua atuação na tentativa de fechamento da Comissão em 1951. A partir de fontes primárias, foi possível observar como os Estados Unidos interpretavam a CEPAL como próxima ao socialismo e ao comunismo, além de atuante em prol de um sentimento antiamericano, sendo considerada uma instituição que atuava contrariamente aos seus interesses na América Latina.

Incomodados com a importância que a CEPAL adquiria na América Latina, pela influência política exercida em vários governos da região, pela sua teorização e propostas

de superação do subdesenvolvimento, os Estados Unidos trabalharam para sabotá-la. Depois de sem sucesso tentar fechá-la ou fundi-la com a OEA para sobre ambas exercer domínio, planejaram o fortalecimento dos trabalhos da OEA, que era entendida como politicamente mais eficaz aos seus interesses na América Latina.

Apesar de sua atuação diplomática e de estar sob tutela da ONU, o fato é que a CEPAL dos tempos de Prebisch foi uma firme oposição aos planos dos Estados Unidos para a América Latina. Esse seu papel político, que esteve aliado à sua teorização sobre o subdesenvolvimento latino-americano, tornou-se mais claro a partir do acesso aos documentos utilizados no artigo, que durante anos ficaram sob sigilo do governo norte-americano, tratados como confidenciais, restritos ou secretos.

## REFERÊNCIAS


BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, Vol.1, 2000.

CARVALHO, A. O. S.; CAMPOS, F. A. Foreign capital and national development in the debate between Celso Furtado and Maria da Conceição Tavares (1964–1982). CEPAL Review, n. 142, Abril, 2024.

COUTINHO, M. C. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina, de Celso Furtado. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, vol. 19, n. 3, 2015.

COUTINHO, M. C. Furtado e seus críticos: da estagnação à retomada do crescimento econômico. Campinas: Mimeo, 2017.

DOCUMENTO de Trabalho da CIA. Contribuições Semanais, Divisão para América Latina, Secreto, 27 de junho de 1950.

FOREIGN relations of the United States, 1952–1954, United Nations Affairs, volume III VII–1 [Page 134] A/MS files, lot 54 D 291 (V). Paper Prepared by the United Nations Planning Staff, Bureau of United Nations Affairs. Washington, n/d.

FOREIGN Relations of the United States, 1950, The United Nations; The Western Hemisphere, Volume II. Position Paper for the United States Delegation to the Extraordinary Session of the Inter-American Economic and Social Council. Washington, 27 de março de 1950.

FOREIGN Relations of the United States, 1950, The United Nations; The Western Hemisphere, Volume II. The Acting United States Representative in the Third Session of the Economic Commission for Latin America to the Department of State. Montevideo, 7 de setembro de 1950.

FOREIGN Relations of the United States, 1951, the United Nations; the Western Hemisphere, volume ii [Page 1073] Circular airgram. The Acting Secretary of State to Diplomatic Offices in the American Republics, Washington, 27 de novembro de 1951.

FOREIGN Relations of the United States, 1952–1954, The American Republics, Volume IV. OAS files, lot 60 D 665, “Post-conference—delegation report”. Report Prepared in the Department of State. Washington, abril de 1954.

FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume VI. Memorandum from the Assistant Secretary of State for

Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State. Washington, 18 de março de 1955.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume VI. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State (Hoover). Washington, 29 de março de 1955a.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume VI. Memorandum from the Director of the Office of International Financial and Development Affairs (Corbett) to the Assistant Secretary of State for Economica Affairs (Waugh). Washington, 29 de março de 1955b.
FOREIGN Relations of The United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume Vi [Page 332]. Memorandum From the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Acting Secretary of State. Washington, 2 de setembro de 1955.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: multilateral; Mexico; Caribbean, volume VI, [Page 366]. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Holland) to the Secretary of State and the Under Secretary of State (Hoover). Washington, 17 de Janeiro de 1956.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume Vi. Memorandum of a Conversation, Department of State. Washington, 17 de Agosto de 1956.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume Vi, Page 522, Memorandum OA Conversation, Alvear Palace. Buenos Aires, 16 de Agosto de 1957.
FOREIGN Relations of the United States, 1955–1957, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean, Volume VI. Telegram from the Ambassador in Argentina (Beaulac) to the Department of State. Buenos Aires, 31 de Agosto de 1957.
FOREIGN Relations of the United States, 1958–1960, American Republics, Volume V [Page 37] Special Report by the Operations Coordinating Board to the National Security Council. Washington, 26 de novembro de 1958.
FURTADO, C. A Fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
JURGENFELD, V. F. Teoria do subdesenvolvimento de Celso Furtado: criatividade e contraposição a interpretações neoclássicas, tese de doutorado, Campinas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2018.
LOVE, J. L. Raul Prebisch and the Origins of the Doctrine of Unequal Exchange. Latin American Research Review, Vol. 15, No. 3, 1980.
LOUREIRO, F. P. A Aliança para o Progresso e o governo João Goulart (1961-1964): ajuda econômica norte-americana a estados brasileiros e a desestabilização da democracia no Brasil pós-guerra. São Paulo: Unesp, 2020.
PINTO, G. L. H; SAES, A. M. Celso Furtado nos arquivos oficiais americanos: anticomunismo, vigilância e o Nordeste. Acervo Revista do Arquivo Nacional. Dossiê Temático, Dossiê Temático, v. 37, n. 3, set-dez 2024.
POLLOCK, D. H. Some changes in United States attitudes towards CEPAL over the past 30 years. Cepal Review, second half of 1978.
POLLOCK, D. H.; KERNER, D; LOVE, J. Entrevista inédita a Prebisch: logros y deficiencias de la CEPAL. Revista de la CEPAL, n. 75, 2001.
PREBISCH, R. (1949). O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns dos seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.*).* Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Record, 2000, vol. 1.

PREBISCH, R. (1959) O mercado latino-americano. In: O manifesto latino-americano e outros ensaios. Gurrieri (Orgs.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
PREBISCH, R. O manifesto latino-americano e outros ensaios. Gurrieri (Orgs). Rio de Janeiro: Contraponto, 2011.
RODRÍGUEZ, O. Teoria do Subdesenvolvimento da Cepal. Rio de Janeiro: Forense-Universitaria, 1981.
RODRÍGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
ROSTOW, W. (1959) Etapas do Desenvolvimento Econômico*:* um manifesto não-comunista. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1974.
SANTA CRUZ, H. Cooperar o perecer: el dilema de la comunidad mundial Tomo I: Los años de creación (1941-1960). Buenos Aires: Grupo Editor latino-americano, 1984.
VIANNA, S. B. As relações Brasil-EUA e a política econômica do segundo governo Vargas. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, jul./set. 86, p. 193-210.